

Estado teme 'catástrofe' e vai ao STF contra RGA do Judiciário



Gilberto Leite

Secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo confirmou nesta sexta-feira (12) que o governador Mauro Mendes (DEM) vai entrar com uma Ação de Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a lei que prevê o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores do Poder Judiciário. A lei chegou a ser vetada pelo governador, que teme ter que devolver R\$ 1,3 bilhão à União por descumprir a lei federal 173/2020. Contudo, os deputados derrubaram o veto na última quarta-feira (10). O projeto prevê aumento de 4,48% aos servidores do TJ, referente às perdas inflacionárias do ano de 2019

PÁG. 5

Sinop: sem empresas, licitação de UTIs será feita pela 4ª vez

Mayke Toscano/Secom-MT



O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou na última segunda-feira (8) que vai abrir pela quarta vez licitação para contratar uma empresa para a instalação de 10 novos leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) na cidade de Sinop (479 km de Cuiabá). O governador citou que a maior dificuldade é achar uma empresa que atenda todos os requisitos exigidos pelo Estado. Os equipamentos e remédios já foram comprados, segundo Mauro, faltando apenas a empresa com profissionais da área da saúde para atender à demanda.

PÁG. 4

Conta de luz fica 21% mais cara

A conta da energia elétrica deve ficar até 21,2% mais cara entre nos estados do Centro-Oeste. A projeção faz parte de um estudo feito pela TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, divulgado nesta semana. O estado de Mato Grosso é um dos que pode ter um aumento acima da média nacional. Atualmente, o estado ocupa o 11º lugar no ranking de tarifa residencial convencional

PÁG. 6

Arroba do boi atingir os R\$ 300

A falta de animais para o abate segue impulsionando o aumento dos preços no mercado. A arroba do boi gordo à vista já é 63% maior do que há doze meses e está perto de atingir os R\$ 300 em Mato Grosso. A valorização da proteína também tem refletido nos preços da carne para o consumidor. Os cortes de carne bovina contabilizam uma alta de 22,6%, em média. Os maiores aumentos foram registrados nos 'cortes de segunda'

PÁG. 8

Comissão vai rever previdência

Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho (DEM) chegou a um entendimento com o governador Mauro Mendes (DEM) e irá montar uma comissão para estudar alternativas à alíquota previdenciária de 14% aplicada sobre aposentados e pensionistas. A Casa de Leis manteve o veto governamental a PLC36, que buscava isentar a cobrança

PÁG. 3

Wilson quer impedir reeleições

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) está trabalhando em um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para proibir de forma definitiva a reeleição do presidente e do primeiro-secretário para o biênio seguinte dentro de uma mesma legislatura. A proposta teria apoio inclusive do atual presidente, Eduardo Botelho (DEM)

PÁG. 5

Alta dos alimentos sufoca donos de restaurantes

Ilustração/Agência Brasília



A 'pechincha' diária virou rotina na vida de dona Maria Izabel Escoto, proprietária de uma marmitaria na região do bairro Alvorada, em Cuiabá. As quitinhas de dona Izabel são disputadas por quem aprecia comida caseira com preço acessível. Apesar de não ter problemas com a clientela, a situação financeira do estabelecimento está sendo sufocada pela alta acelerada dos alimentos desde o início da pandemia. Ela precisa fazer um reajuste nos preços, mas teme perder seus clientes se repassar os custos

PÁG. 7

EDITORIAL

Bomba-relógio

Comida e energia elétrica, as principais despesas de qualquer família, devem continuar a pressionar a inflação durante o ano, um cenário ainda mais preocupante devido ao fim do auxílio emergencial. Com a economia patinando na retomada, a falta de ajuda do governo federal deve lançar cerca de 60 milhões de pessoas em graves dificuldades, enquanto os preços – já há muito inflacionados – continuam em disparada. Mas nada está tão ruim que não possa piorar. Vem aí um novo aumento na energia elétrica, que pode chegar a 20% de

alta em Mato Grosso a partir de abril.

O principal vilão para o aumento do preço da energia é o serviço de distribuição elétrica, que teve alta de 15,5%, em média. A elevação está associada às variações obtidas em 2020 pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que acumulou alta de 23,14%; e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com 4,52%. Como grande parte das distribuidoras de energia vinculam suas receitas ao IGP-M e ao IPCA, as empresas de energia vão repassar ao consumidor final o reajuste desses indicadores.

Independente do reajuste pela inflação, existe ainda a possibilidade de as tarifas deste ano permanecerem em patamares mais elevados, já que está chovendo pouco e os reservatórios das principais hidrelétricas do país ainda estão com níveis baixos. Diante disso, a tendência é que tenhamos mais bandeiras amarela e vermelha durante o ano para compensar o acionamento das termelétricas.

A alimentação também deve seguir em tendência de alta, como mostrou reportagem do Estadão Mato Grosso nesta quinta (11). O preço da arroba do boi tem se mantido em alta e pode chegar ao patamar histórico de R\$ 300 em Mato Grosso, o que irá refletir no preço da car-

ne bovina que é comercializada no mercado interno. Os cortes de carne bovina já acumulam alta de 22,6% nos últimos doze meses, sendo que os cortes mais populares – a ‘carne de segunda’ – são aqueles que mais encareceram no período. Se antes era possível comer carne moída por R\$ 15 o quilo, hoje já não é possível encontrá-la por menos de R\$ 25.

A elevação nos preços dos alimentos e da energia assombra as famílias em um momento particularmente complicado, no qual o governo ainda é incapaz de dizer como vai tocar a política econômica. Sequer é possível antecipar se haverá uma reedição do auxílio emergencial. O Ministério da Economia até sinalizou neste



sentido, mas o Congresso dá sinais de que a pauta não é sua prioridade e avança em outra direção. Em meio à cortina de fumaça, a inflação segue avançando.

Se a resposta ficar apenas nas mãos do Banco Central, poderá haver uma elevação dos juros, o que irá produzir resultados catastróficos para o país devido aos seus efeitos sobre as contas públicas, sobretudo após a dívida atingir o maior patamar da história.

Novela sem fim

Lourenbergue Alves (*)

Uma novela tem prazo para terminar. Às vezes, termina antes mesmo do fim previsto. Outras, claro, custa a chegar ao seu final. Parece ser deste último o tipo que se está a assistir, e a assiste mesmo quando não se quer mais, com os protagonistas – o prefeito e o governador – a medirem forças. Ainda que desmedidas, servem para alimentar uma querela. Iniciada na segunda semana de janeiro de 2017, e segue firme, sem trégua alguma, com os capítulos-motes a se multiplicarem, até a se repetirem. Reprises infundáveis. Tem como fonte-motor o massagear de egos. Egos massageados, reoxigenados, revigorados, enquanto as vontades populares se definham. Mirram-se tanto que, tristemente, transformam-se em pequeno filete, espremido entre duas camadas, que o esmagam, aprisionam-no e o soltam em cadafalso. Mal tem tempo para se safar, derrubar o carrasco e atirar-se lá de cima.

Há quem se regozija. Regozija-se bem mais ao ter sua decisão prevalecida, com

a aprovação da Casa Legislativa estadual, mesmo despida de sustância, oca por completa. Embora “vendida” como se resultasse de estudos técnicos. Venderam-na tão bem, mas tão bem, que fora ovacionada por alguns que se encontram na plateia. Plateia, onde também existe quem nada gostou, e vaiou o decidido. Decidido destrambelhado, apressado, quase no final do ano, logo depois do esvaziar-se das urnas, com o eleito ainda a comemorar a vitória eleitoral, diferentemente do nome apoiado pelo Palácio Paiaguás. O que suscitou deduções. Deduções com lastros, embora não confessados. Eram grandes os vestígios. Vestígios de retaliação. De novo, a plateia se viu dividida. Isso não é nenhuma novidade. Novidade seria se não houvesse tal divisão, afinal o jogo é um espetáculo, e, como tal, divide-se a torcida. Dividida entre os dois protagonistas dessa enfadonha novela. Interminável por conta dos interesses particulares do governador e do prefeito. Ambos têm suas atenções voltadas às eleições de 2022.

Digladiam, e mostram-se empenhados, ainda que sejam péssimos esgrimistas, igualmente como se portaram ao longo de 2017-2020. Também não são bons atores. Pecam-se em demasia, perdem em suas falas, e se veem engolidos pelos fatos, os quais não podem ser mudados ao sabor das conveniências. Ainda que haja, e sempre há quem procura manipulá-los, sem êxito algum. Fatos são fatos. Diferentemente, portanto, das versões. Versões são leituras enviesadas de outrem, e estes se manifestam movidos por alguma coisa, ou pela paixão de torcedor. Torcem-se tão somente. Isto é exemplar, pois clareia o que estava à meia-luz, ou de todo encoberto. Encoberto por um motivo. Motivo sem a razão. Afinal, há pouco tempo, um grupo de técnicos defendeu a mudança do BRT para o VLT, e, nos dias atuais, esse mesmo grupo defende o BRT no lugar do VLT. Posições podem ser mudadas. Mudadas, inclusive, com rapidez. Mas o curioso é que a mudança sobre o modal se deu motivada pela pessoa que ocupa a cadeira central do Paiaguás, e não

em função de estudos técnicos. Ainda que se tenham notícias de avaliações realizadas por parte de uma comissão criada no interior no Ministério do Desenvolvimento Regional, a qual apresentou cinco relatórios ou cinco projeções para o sistema. Relatórios não publicados. Tampouco discutidos. Mesmo assim, estranhamente, o governador optou-se pelo BRT. O prefeito bateu o pé, e saiu contra. A Assembleia Legislativa foi acionada, e se colocou do lado do governador, mesmo sem nada debater ou conhecer. O prefeito, auxiliado por alguns parlamentares, defendeu um plebiscito. O governo ironizou tal defesa, e a população, igual barata tonta, ficou entre estes fogos cruzados, enquanto pelo ralo tende a escorrer quase um bilhão e meio de reais. Haja paciência! Novela sem fim. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Condições para o crescimento

Vivaldo Lopes (*)

As duas variáveis econômicas atualmente mais importantes para o Brasil readquirir as condições para o crescimento são a aceleração da vacinação e a renovação do auxílio emergencial. A necessária tração econômica que o país precisa para retomar a atividade econômica depende, fundamentalmente, do sucesso da implantação das duas medidas.

A vacina é de extrema importância sanitária pela proteção à vida, e ser o instrumento mais eficaz que a ciência médica apresenta para combater a covid-19. Ao mesmo tempo, assume relevância econômica ao permitir a livre circulação de pessoas e, por conseguinte, a retomada das atividades produtivas, com a reabertura de fábricas e os setores do comércio, turismo, bares, restaurantes, hotelaria, grandes eventos, companhias aéreas voltando a funcionar plenamente. Ainda há um longo caminho a percorrer até que pelo menos 70% dos brasileiros recebam as duas doses das vacinas, devido à forma negacionista, destrambelhada e negligente como a administração federal tratou o enfrentamento da pandemia. Na questão da aquisição e distribuição das vacinas, tais falhas ficaram ainda mais evidentes e dramáticas.

O auxílio emergencial atendeu os trabalhadores brasileiros mais fragilizados socialmente pela pandemia, transformando-se na principal ferramenta, evitando que o desastre econômico causado pela tragédia sanitária fosse mais intenso. Com a necessidade do isolamento social, principal instrumento de combate à doença em seu início, as atividades econômicas foram quase que totalmente paralisadas no começo da pandemia. O desemprego teve salto olímpico, os milhões de trabalhadores informais que tiravam o sustento da família diariamente não puderam sair de casa e as empresas tiveram que fechar as portas temporariamente. As projeções das consultorias econômicas, universidades, grandes bancos e órgãos internacionais indicavam que o PIB do Brasil teria queda de 9% em 2020. O auxílio emergencial proporcionou aquecimento não planejado da atividade econômica de abril a dezembro, fazendo com que todas as previsões fossem revistas para uma queda menor, de 5%. A proposta inicial da administração federal era de R\$ 200,00 por pessoa. Ao final de intenso e democrático debate no Congresso Nacional, a ajuda ficou em R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 no caso de mãe solteira e arriano de família. O público atendido pelo auxílio chegou a 68 milhões de pessoas, segundo

relatórios da Caixa Econômica Federal, que foi responsável pela operacionalização do programa. Segundo relatórios do Ministério da Economia, foram gastos R\$ 323 bilhões com o auxílio social até sua finalização em dezembro. Sem condições financeiras para bancar o gigantesco gasto para enfrentar as diversas faces da pandemia, a administração federal obteve rapidamente autorização do Congresso Nacional e aprovou o chamado “orçamento de guerra” que permitiu ao Tesouro Nacional aumentar seu endividamento para prover recursos para auxiliar os estados e municípios a combater a doença, transferindo dinheiro para despesas correntes, suspendeu o pagamento de suas dívidas com a União, bancos federais e internacionais. O pacote também contemplou socorro financeiro para as empresas, adiamento do recolhimento de tributos federais, proteção ao emprego e transferência de renda aos mais vulneráveis, por meio do auxílio emergencial. O Ministério da Economia publicou relatórios informando que o impacto total custou R\$ 807 bilhões à Nação.

Considero uma necessidade social e humanista a prorrogação do auxílio emergencial pelos próximos seis meses. A pandemia não terminou em dezembro e apresenta novas ondas de contaminação até mais intensas

que as da fase inicial. As possibilidades de financiamento dos gastos com a prorrogação do auxílio social que estão sendo discutidas por congressistas e equipe econômica são: a) cortar gastos orçamentários em montante equivalente ao novo auxílio; b) o Congresso Nacional autorizar crédito extraorçamentário para não quebrar a regra constitucional do teto de gastos; c) recriar, temporariamente, a antiga CPMF, provavelmente com outro nome.

Entendo como alternativa mais viável um misto das duas propostas iniciais. O Congresso Nacional exigir corte de gastos operacionais da administração federal e autorizar crédito extra para financiar o restante do programa por um período de seis meses. A conferir se os novos líderes parlamentares terão altivez e perspicácia suficientes para essa empreitada econômico-social.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA - Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP (vivaldo@uol.com.br).



O melhor seguro de vida

Francisney Liberato (*)

Devido às incertezas do mundo moderno, nós, a fim de assegurar a vida da nossa família, contratamos seguros para dar mais tranquilidade e conforto para cada um. Os seguros são diversos, tais como: seguro de automóvel, imóvel, bens de forma geral, inclusive a própria vida; todos oferecem boas quantias de indenização e segurança. Não obstante, será que os seguros oferecidos pelas empresas são os melhores para a nossa existência?

Fiquei refletindo sobre o tempo em que eu era criança, e por ser um menino muito

dinâmico, imperativo, danado, peralta, fazia todo tipo de brincadeiras, atividades, tarefas e outras mais.

Eu e os meus irmãos gostávamos de brincar com fogo. A brincadeira que praticávamos constantemente era pegar um frasco de plástico de água sanitária e pendurá-lo no cabo de uma vassoura. Depois disso, colocávamos o recipiente em contato com fogo. O fogo derretia o plástico e começávamos a pingar o plástico derretido, a nossa munição.

A brincadeira era para guerrear as plantas, bichos, formigas, baratas e outros insetos que encontrávamos pela frente, brincadeira de criança.

Porém, sempre essa brincadeira deixava algumas marcas no corpo, nos meus braços e pernas. Eu sofria e era vítima dessa “arte”; hoje em dia ainda encontro essas marcas pelo meu corpo. Isso ocorria devido ao vento empurrar o plástico derretido sobre outro local, além das “artes” de crianças. Posso lhe afirmar que a dor era terrível e a queimadura, bem chatinha.

Ainda bem que eu tinha um seguro infalível que protegia a mim e aos meus irmãos dessas “brincadeiras”. Apesar de algumas pequenas lesões ardidas, a vida sempre se manteve intacta.

Recentemente, em fevereiro de 2021, encontrei um amigo que relatou as suas “artes” da fase de criança. Observei atentamente as palavras do interlocutor. Ele me disse que em um dia dessa fase brincou com fogo e sofreu queimadura que lhe custou a perda do movimento de uma das mãos, além do atrofiamento de alguns dedos da mesma. Ele teve que fazer várias plásticas para melhorar o seu aspecto, além da funcionalidade da parte atingida pelo fogo. Até hoje sofre com essas consequências.

Olhe que paradoxo. As minhas “artes” de criança também eram brincar com fogo, porém, não tive consequências desagradáveis como a do meu amigo. Não é que eu seja melhor do que ele, e nem que tive mais sorte, pelo contrário, crédito esse livramento ao “melhor seguro de vida”.

Você já deve estar curioso para saber: qual é esse seguro de vida? Vamos lá! Esse seguro de vida é de graça. Ele protege você 24 horas por dia. É o seguro mais completo do universo, lhe protege em todos os dias da sua vida, não importando se é dia útil ou não. O seguro é total. Tem garantia ilimitada. O segurador é infalível. A sua renovação também é gratuita. Sabe qual é o seguro? A proteção de Deus para os seus filhos!

O seguro é eterno e está resguardado pelo Rei do Universo, conforme contrato de apólice registrado no livro de Isaías 43:1-2, 5: “[...] Não tenha medo, pois eu o salvarei; eu o chamei pelo seu nome, e você é meu. Quando você atravessar águas profundas, eu estarei ao seu lado, e você não se afogará. Quando passar pelo meio do fogo, as chamas não o queimarão. Não tenha medo, pois eu estou com você”.

Que tal estar tutelado por esse seguro? Se desejar, basta abrir o seu coração e a sua mente. Ele está disposto a te salvar, a te livrar dos problemas e dificuldades desta vida. E o melhor de tudo: é bem simples para receber a apólice do seguro, bastando apenas dizer um “sim”.

Saiba que o “fogo” jamais queimará o seu corpo, mesmo que você tenha extrapolado os limites. Entretanto, pode ser que as marcas e consequências recaiam sobre você. Com todo esse combo oferecido, não tenho dúvidas que você aceite as propostas do Segurador! A decisão é sua!

FRANCISNEY LIBERATO BATISTA SIQUEIRA é Auditor Público Externo do Tribunal de Contas de Mato Grosso e Chefe de gabinete de Conselheiro do TCE-MT. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.D. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Autor dos Livros: “Mude sua vida em 50 dias”, “Como falar em público com eficiência”, “A arte de ser feliz”, “Singularidade”, “Autocontrole”, “Fenomenal” e “Reinvente sua vida”.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

A LUTA NÃO ACABOU

Delegação irá estudar alternativas à alíquota previdenciária de 14% aplicada sobre aposentados e pensionistas após veto ao PLC 36

Botelho irá presidir comissão

Fablicio Rodrigues/ALMT



Gabriel Soares

Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho (DEM) afirmou na última quinta-feira (11) que já chegou a um entendimento com o governador Mauro Mendes (DEM) e o secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, para montar uma comissão que irá estudar alternativas à alíquota previdenciária de 14% aplicada sobre aposentados e pensionistas.

Na última quarta (10), a Assembleia Legislativa manteve o veto governamental ao projeto de lei complementar 36/2020, que isentava dessa cobrança os servidores apo-

sentados e pensionistas que recebem até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil. O veto foi mantido por 12 deputados, contra 11 que votaram pela derrubada.

Em vídeo divulgado nesta quinta, Botelho afirmou que irá presidir uma comissão composta por cinco deputados para encontrar outras soluções que ajudem a aliviar a taxaçaõ dos aposentados de Mato Grosso. Ele afirmou que já teve resposta positiva do governo quanto à isenção para aposentados com doenças raras.

“Já temos alguns caminhos a serem discutidos e vamos conseguir diminuir essa taxaçaõ, diminuir o sofrimento dessas pessoas. Realmente não estou confortável com a situação e, tenho certeza, nenhum deputado está. E nem o governador Mauro Mendes. Vamos manter a fé e a luta”, disse o deputado.

Entre as medidas que devem ser estudadas pelos parlamentares está a adoçaõ de uma

alíquota progressiva, como foi feito no estado do Maranhão, onde o desconto previdenciário varia entre 7,5% e 22%, conforme a faixa salarial.

Outra medida que está sobre a mesa é uma proposta do governo que aumenta a faixa de isençaõ para a contribuiçaõ previdenciária de 14%. Pelas regras atuais, estão isentos os aposentados que ganham até R\$ 2 mil. A proposta do governo prevê ampliar essa faixa de isençaõ para R\$ 3 mil.

Essa proposta já havia sido apresentada pelo governo durante a tramitaçaõ do PLC 36, mas não foi aceita pelos deputados de oposiçaõ, que já tinham conseguido vitória na aprovaçaõ da isençaõ até o teto do INSS.

Independente da alternativa, Botelho defendeu que a proposta seja construída em acordo com o Poder Executivo, para evitar que incorra novamente em vício de iniciativa e



Botelho afirmou que comissão será montada com aval de Mauro Mendes, a fim de estudar alíquota aplicada sobre aposentados

acabe vetada pelo governador.

“O mais importante disso é partirmos para algo positivo, não dei-

xarmos essa luta acabar. Defender uma luta para que, junto com o governo, seja construído outro projeto e enviado

para a Assembleia, para que não tenha vício de origem, e seja aprovado atendendo os aposentados”, destacou Botelho.

LUTANDO SOZINHO

Mauro Mendes critica falta de respaldo federal para UTIs

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) criticou a falta de respaldo do governo federal para abrir novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) destinados a tratar os pacientes de covid-19. Em conversa com jornalistas na última terça-feira (9), ele revelou que o Estado tem investido o dobro do valor que o governo federal aplica para poder manter as UTIs abertas em Mato Grosso.

As críticas foram feitas logo após o evento de lançamento de mais 10 leitos de UTI em Primavera do Leste (244 km de Cuiabá), cidade que já estava com mais de 90% de ocupação.

Conforme o governador, o financiamento dos leitos de UTI é feito tanto pelo governo federal quanto do estadual. Contudo, a União não estaria enviando recursos suficientes para arcar com

sua parte e o Estado precisa desembolsar recursos próprios para manter em operação os leitos de UTI.

“Existe uma grande reclamaçaõ dos secretários e dos governadores, porque é uma obrigaçaõ do SUS fazer esse financiamento. Mas como ele não faz, nós assumimos o compromisso com as prefeituras, com os prestadores de serviço. [...] Infelizmente não está habilitando e o governo estadual está honrando sozinho esses R\$ 2 mil de muitos leitos que estão sendo habilitados, principalmente neste ano de 2021”, disse.

Mauro explicou que cada leito de UTI custa, em média, R\$ 2 mil por dia. Desse valor, o governo federal deveria desembolsar R\$ 1,6 mil, para o Estado complementar com R\$ 400. Só que a situaçaõ se inverteu e hoje o Estado tem investido quase o dobro

do que o governo federal envia.

“Nós estamos gastando, em média, R\$ 15 milhões por mês do governo do Estado para financiar essas UTIs. E o governo federal, que no mínimo deveria ser 50%, hoje é só R\$ 8,8 milhões. Então, nós estamos gastando o dobro do que o governo federal está gastando, porque não está habilitando leitos, não está mandando financiamento. Isso é um problema não só em Mato Grosso, é no Brasil inteiro”, disse o governador.

Apesar da reduçaõ na contrapartida federal, o governo planeja abrir novos leitos de UTI em outras cidades de Mato Grosso que funcionam como polos regionais de saúde. A previsãõ é que 10 leitos sejam abertos em Sinop, Rondonópolis e Lucas do Rio Verde, totalizando 30 novas vagas para pacientes graves de covid-19.

APOSENTADOS TAXADOS

Lúdio diz que Assembleia Legislativa foi covarde

Da redaçaõ

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT), autor do PLC-36 que isentava a taxaçaõ por parte do governo de 14% sobre os salários dos aposentados, ficou decepcionado e traído com a atitude dos colegas de Parlamento em manter o veto do governador Mauro Mendes (DEM).

Segundo o parlamentar, pelas conversas de bastidores, ele esperava pelo menos 18 votos pela derrubada do veto, já que quando o projeto foi apresentado foi aprovado por unanimidade pelos deputados.

“Sobre o PLC-36, a Assembleia foi covarde. Até o momento da votaçaõ eu monitorei deputado por deputado, e nós tínhamos com segurança no mínimo 18 votos para aprovar a derrubada do veto, e eu sincera-

mente fui surpreendido. Houve traçaõ e covardia, e tem muito lobo em pele de cordeiro dentro desta Assembleia Legislativa. Foi uma vergonha”, disse o deputado. Lúdio ainda acrescentou que a “cane-ta” do Palácio Paiaguás pesou no momento de os deputados votarem, dando demonstraçaõ de subordinaçaõ e submissãõ às vontades do governador.

O deputado disse que vai aguardar o governador enviar para a Casa de Leis estadual uma proposta de alíquota progressiva, como prometido pelo líder do governo na Assembleia, o deputado Dilmar Dal Bosco (DEM).

Lúdio também criticou o fato de Mauro Mendes estar sacrificando e realizando o desconto de aposentados que estão com do-

enças graves e terão que pagar a contribuiçaõ da mesma forma.

Outro deputado que acompanhou o discurso de Lúdio foi Silvio Favero (PSL), relator do caso na Comissão de Constituiçaõ e Justiça (CCJ), que disse que a Casa teria todas as condiçaõs e legalidade para derrubar o veto do governo.

Favero falou que o plenário teve oportunidade para olhar para a populaçaõ, no entanto, não olhou, e que essa situaçaõ é de tristeza.

“Fico triste, estudei e analisei bem para fazer o relatório, fui pressionado, mas não mudei o meu posicionamento, mas infelizmente a maioria decidiu pela manutençaõ do veto, e mostrando mais uma vez que o governo sai fortalecido e esta Casa aqui não é uma democracia”, pontuou.

DOSE DA DISCÓRDIA

Secretário diz que deputado faz 'pirotecnia' em acusações

Da redaçaõ

O secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, classificou como um show pirotécnico e midiático os questionamentos feitos pelo deputado estadual Ulysses Moraes (PSL) sobre o suposto desaparecimento de 30 mil doses de vacinas da secretaria. Gilberto esteve na Assembleia Legislativa na manhã da última quinta-feira (11), para apresentar o Plano Estadual de Vacinaçaõ contra a covid-19.

Ao ser novamente questionado por Ulys-

ses, Gilberto disse não saber quais as razões levam o deputado a fazer constantes ataques a ele e sua equipe. Para o secretário, o parlamentar está preparando um cenário político para 2022 e, por isso, quer se manter em evidência. Gilberto ainda reclama que o deputado nunca fez nenhum questionamento direto à Secretaria de Estado de Saúde, não foi até à SES e nem sequer ligou para se informar sobre a dúvida que tinha sobre as doses.

“Mais uma vez um show pirotécnico, um

show de mídia. Ele já fez isso lá atrás com os respiradores, quando uma secretária foi com ele até o nosso almoxarifado, mostrou que não tinha respirador guardado e mesmo assim ele gravou um vídeo fazendo fake news. A mesma coisa continua fazendo agora. Não vou ficar dando plateia para ele fazer fake news”, disse Gilberto.

Em relaçaõ à campanha de imunizaçaõ, o secretário relatou que está seguindo rigorosamente as orientaçaõs do Plano Nacional de Imunizaçaõ. Gilberto refor-

çou que o Estado não tem autonomia para alterar aquilo que o Ministério da Saúde elencou e aprovou no Congresso e garantiu que a SES está trabalhando de forma célere.

“Eu gostaria de ter um cronograma que facilitasse o planejamento, mas nem eu e nenhum secretário de Estado consegue ter essa previsãõ do Ministério da Saúde, por isso nossa equipe trabalha sábado, domingo e feriado para fazer com que a vacina chegue em uma velocidade maior”, acrescentou.

O secretário também falou que os municípios também devem seguir o plano estabelecido para

as doses que receberam, pois, se fizerem diferente disso, faltará vacinas para os grupos prioritários.

“POLÊMICA” EXPLICADA

Conforme o Estadão Mato Grosso informou, a polêmica sobre o suposto sumiço de mais de 30 mil doses da Coronavac foi um erro de interpretação do documento apresentado pela SES. A reportagem descobriu que o quantitativo que consta na tabela de destinaçaõ de vacinas aos indígenas diz respeito

apenas ao tamanho da populaçaõ.

“A populaçaõ indígena a ser vacinada é de 28.758 pessoas, conforme estimativa do próprio Ministério da Saúde. Por essa razão, 57,5 mil doses são destinadas exclusivamente a esse público”, disse a SES, em resposta aos questionamentos.

ALTA DEMANDA

Governador disse em conversa com o prefeito de Sinop que já abriu três licitações, mas não foi possível disponibilizar novas vagas

MT tem dificuldade para abrir UTIs

Christiano Antonucci - Secom-MT



Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que vai abrir pela quarta vez licitação para contratar uma empresa para instalação de 10 novos leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) na cidade de Sinop (500 km de Cuiabá). A afirmação foi feita após encontro com o prefeito Roberto Dorner (PSD), no qual debateram assuntos diversos sobre melhorias na região, com destaque para a instalação dos leitos.

O governador citou que a maior dificuldade é achar uma empresa legal para atender os requisitos exigidos pelo Estado. Os equipamentos e remédios já foram comprados, segundo Mauro, faltando apenas a empresa com profissionais da área da saúde para atender a demanda.

“Já colocamos três vezes licitação para contratar os profissionais e empresas que vão tocar isso, mas não logramos êxito, pois não tem empresas que atendam aos requisitos legais. Estamos publicando novamente para abrir estes 10 leitos, assim como estamos fazendo em outras regiões do Estado e essa semana serão 30 novos leitos e estamos comprometidos e determinados, já decidimos que vamos fazer, mas é preciso achar os profissionais e médicos, pois

os leitos já estão prontos”, destacou o governador.

Sinop já registrou, até esta terça, 11.909 casos de covid-19 no município e 180 mortes. Atualmente 25 pessoas estão internadas em hospitais e outras 265 cumprem o isolamento domiciliar.

Mendes também acrescentou que é necessário a população fazer a sua parte. Mesmo com a chegada de vacinas em Mato Grosso, os casos continuam aumentando e o isolamento social continua sendo a medida mais eficaz para se evitar o contágio.

“O melhor remédio é o distanciamento social que é o que todo mundo está careca de saber. Vamos trabalhar, mas se as pessoas não fizerem a sua parte vamos construir mais leitos e vai lotar 10 e mais 10 e assim vai sucessivamente”, pontuou Mendes.



Mauro Mendes afirmou que vai abrir pela quarta vez uma licitação para contratar empresa e atender demanda do município

REFORÇO

Município de Primavera do Leste abre mais dez leitos de UTIs

Da redação

O prefeito Léo Bor-tolin (MDB), de Primavera do Leste (240 km de Cuiabá), recebeu na última terça-feira (9) a visita do governador Mauro Mendes (DEM) que entregou 10 novos leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratamento de pacientes com covid-19 na região e enalteceu a parceria entre o município e o Estado.

Léo falou que a parceria entre governo do Estado e Prefeitura tem gerado bons resultados para os municípios, como a conclusão da escola

técnica que ficou com as obras paradas por seis anos, a construção da ponte do rio das Mortes com mais de 80 metros de mão dupla e o aporte de mais de R\$ 11 milhões na área da educação onde serão construídas seis quadras cobertas e uma escola estadual modelo.

“Motivo de bastante alegria não só para Primavera do Leste, mas também para a região sul do estado e estamos recebendo vários prefeitos da região, Campo Verde, Paranatinga, Tesouro, e a vinda do governador é primeiramente para fazer a visita da escola técnica que fica em Cas-

telândia e começou há 12 anos e as obras ficaram paradas por seis anos e no local funcionará a escola militar”, destacou.

Mauro entregou para a região 10 leitos de UTIs, além de ter montado 54 novos leitos em um hospital de campanha na cidade. Cada leito de UTI exclusivo para o atendimento aos pacientes com Covid custará diariamente R\$ 2 mil para os cofres do Estado. Até a manhã desta terça-feira, de acordo com o painel covid-19 do governo do Estado, Primavera do Leste registrou 6.825 casos e 124 mortes.

MEA-CULPA

Botelho diz que consciência não está tranquila sobre PLC

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho (DEM), disse que a manutenção do veto do governador Mauro Mendes (DEM) pelos deputados foi lesivo aos servidores públicos aposentados, mas que os parlamentares votaram livremente sem interferência alguma.

De acordo com Botelho, nenhum deputado ficou tranquilo ou confortável com a situação, mesmo os que votaram favoráveis à permanência do veto, pois a taxa de 14% para os servidores aposentados é sofrível.

“Realmente eu, Botelho, não estou com a minha consciência tranquila, eu estou sentindo

que esse projeto foi lesivo para essas pessoas que ganham pouco. O sofrimento deles (aposentados) é muito grande e está sendo injusto com eles e vou correr atrás para construir um projeto que diminua essa taxa dos aposentados e que venha do governo para ser legal o projeto”, disse Botelho.

O presidente falou também que conversou com o governador Mauro Mendes (DEM) e até ele entendeu que essa cobrança dos aposentados causou prejuízo e que pretende fazer uma possível taxa progressiva. À imprensa, ele ainda comentou que mesmo que o veto fosse derubado nesta manhã, o risco de uma derrota judicial seria muito grande devido à inconstitucionalidade do projeto de lei complementar (PLC), apresentado pelo deputado Lúdio Cabral (PT).

Antes da votação e apresentação do projeto de Lúdio, foi tentada uma tratativa entre base e oposição, mas as partes não chegaram a um denominador comum, causando esse imbróglio. O presidente ainda acrescentou que era necessária essa votação para que outro projeto fosse trabalhado junto ao governo do Estado.

“Politicamente nós vamos construir outro projeto e acredito que o governador tem essa sensibilidade e ele me disse que é necessário fazer alguma mudança, então agora vamos trabalhar positivamente para que isso aconteça”, pontuou.

SEGUE O BAILE

STF extingue ação contra reeleição de Botelho à AL

Gabriel Soares

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou extinta, sem resolução de mérito, a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questionava a reeleição de Eduardo Botelho (DEM) para a presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). O despacho é da última terça-feira (9).

Moraes considerou que a Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conecate) não tem legitimidade para questionar a constitucionalidade de uma lei. Diante disso, resolveu extinguir o processo, como manda o Código de Processo Civil de 2015.

“JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com base no art. 21, IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015”, diz o despacho.

Na petição ao STF, a Conecate alegava que a Constituição Federal proíbe a reeleição para o mesmo cargo na Mesa Diretora em duas eleições subsequentes, com o objetivo de promover a alternância de poder.

No caso concreto, a instituição apontou que Botelho estava indo para seu terceiro mandato à frente da Assembleia Legislativa devido a uma alteração no Regimento Interno da Casa. Segundo a Conecate, essa mudança é uma ofensa ao princípio da simetria, já que a própria Constituição Federal não permite a recondução de membros para as mesmas funções nas Mesas Diretoras das Casas Legislativas.

“Considerando um mandato de quatro anos, são duas as oportunidades de ser eleito membro da mesa: no 1º ano ou no 3º ano. Caso eleito no 1º ano, não poderá ser reeleito no 3º ano, de acordo com o que prevê a Constituição Federal. Caso

seja eleito para compor a Mesa no 3º ano, não poderá compor a Mesa no 1º ano da legislatura seguinte caso seja reeleito como Deputado. Essa é a única interpretação que se extrai do texto constitucional e da intenção do legislador constituinte ao vedar a recondução na eleição imediatamente subsequente”, argumentou.

A Conecate ainda lembrou que o próprio ministro Alexandre de Moraes expediu liminar, com esse mesmo entendimento, para impedir a posse do deputado Jalser Renier (SD-RR) como presidente da Assembleia Legislativa de Roraima pela terceira vez consecutiva.

Botelho assumiu seu terceiro mandato como presidente do Legislativo na última segunda-feira (1º), pela segunda vez dentro da mesma legislatura. Ele foi eleito em chapa única, que contou com votos favoráveis de 22 parlamentares.

INTERESSE SOCIAL

Deputados derrubam veto e proíbem fim da Empaer

Gabriel Soares

A Assembleia Legislativa derrubou na última quarta-feira (10), por 15 votos a 7, o veto do governador Mauro Mendes (DEM) ao projeto de lei 49/2020, que reconhece o interesse social e econômico da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Empaer).

De autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSDB), o projeto de lei é uma forma de proteger a Empaer contra a extinção. O governo tem mantido um programa de demissão voluntária (PDV), ao qual 60 servidores já aderiram. O objetivo do governo é economizar R\$ 86 milhões em três anos, com a demissão de pelo menos 280 servidores da autarquia.

Ao defender o projeto, Wilson destacou que a Empaer presta serviços extraordinários aos produtores rurais de Mato Grosso.

“A Empaer nasceu no governo Fernando Corrêa da Costa, já no segundo governo, por volta de 1964, quando era Carmat. Ela prestou serviços extraordinários ao pequeno produtor, ao miniprodutor, ao assentado, ao posseiro, ao arrendatário. Só a Empaer que nos socorre, é a única fonte de assistência técnica e orientação, não podemos deixar isso acabar”, disse.

Líder do governo na Assembleia, Dilmar Dal Bosco (DEM), orientou a base a votar pela manutenção do veto. Ele lembrou que o Legislativo tem trabalhado há mais de dois anos contra

a extinção da Empaer, mas a empresa não teria justificado sua necessidade durante todo esse período.

Dilmar argumentou ainda que a derrubada do veto acabaria estimulando os servidores a não aderir ao Plano de Demissão Voluntária, acabando com os esforços do governo para economizar.

O líder do governo, deputado Dilmar Dal Bosco (DEM), afirmou que há dois anos o Legislativo atua para que a Empaer não seja extinta, mas que nesse período, a empresa não justificou a necessidade de ser mantida. Além disso, o democrata crê que a aprovação do texto tiraria o incentivo para que servidores aceitem o Programa de Demissão Voluntária (PDV).

SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

Secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo anunciou que a concessão está proibida até dezembro e que vai entrar com Ação Direta

MT vai ao Supremo derrubar RGA

Mayke Toscano/Secom-MT



Da redação

Secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo revelou na última sexta-feira (12) que o governador Mauro Mendes (DEM) vai entrar com uma Ação de Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a lei que prevê o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores do Poder Judiciário.

Os servidores do TJ terão acrescidos aos seus salários 4,48%, que representa as perdas inflacionárias do ano de

2019. O projeto de lei chegou a ser vetado pelo governador, sob o argumento de que a lei federal nº 173/2020 impede a concessão de aumento aos servidores públicos de qualquer esfera. Contudo, o veto foi derrubado pela maioria dos parlamentares durante análise na Assembleia Legislativa.

"O governador já anunciou que irá ao STF contra a lei assim que ela for publicada. A concessão de Revisão Geral aos servidores está proibida até dezembro de 2021 pela lei complementar federal 173, sancionada pelo presidente Bolsonaro. Foi a condição para concessão do auxílio financeiro aos estados e municípios. O próprio TCE de Mato Grosso já se manifestou recentemente proibindo a concessão de RGA neste ano nos casos de Rondonópolis e da Câmara de Cuiabá", explicou Gallo.

O governador tem sustentado que caso Mato Grosso terá que devolver R\$ 1,3 bilhão para a União caso conceda o RGA a qualquer classe. O valor é referente ao auxílio recebido pelo Estado para o enfrentamento da pandemia e suas consequências. Mendes chegou a dizer que não teme greve e não pretende prejudicar o Estado para favorecer algum setor.

Segundo Gallo, outra situação que restringe o pagamento é que há vício de iniciativa, pois o STF teria firmado entendimento de que apenas o Executivo pode criar leis tratando de Revisão Geral Anual, mesmo quando se trata dos outros Poderes e órgãos autônomos. Não foi esse o caso da Lei da RGA do Judiciário, que foi proposta pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).



Rogério Gallo afirmou que o governo vai ao Supremo Tribunal para derrubar RGA aos servidores do Poder Judiciário

BRT X VLT

Secretários saem em defesa de plebiscito para análises

Da redação

Os secretários municipais de Cuiabá entraram na briga em defesa da realização do plebiscito para a escolha do novo modal de transporte público a ser implantado em Cuiabá e Várzea Grande. O titular da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob), Antenor Figueiredo, e o diretor

da Limpub, Vanderlúcio Rodrigues, se manifestaram por meio da imprensa.

Em entrevista à Rádio CBN, Figueiredo disse que o governo de Mato Grosso cometeu um "atropelo" na escolha do modal e definiu de forma individual a troca. Ele afirmou que a prefeitura foi convidada somente para ouvir a decisão do gover-

no, sem poder opinar na troca. O secretário considerou certa a atitude de Emanuel em chamar a população para um plebiscito.

"O que precisamos é resolver o problema, e a solução tem que ser imediata. O prefeito foi muito feliz em chamar a povo para responder o que eles querem, afinal são os usuários que vão usar o modal. Quem tem

que defender é o povo", falou Antenor.

Já Vanderlúcio Rodrigues lembrou na mesma rádio que na época da escolha do VLT o prefeito de Cuiabá era Mauro Mendes (DEM) e foi omissivo na tomada de decisão, e por isso a cidade hoje está assim, e o que Emanuel quer fazer é evitar que a história se repita.

"Há oito anos, quando apresentaram o pro-

jeto do VLT, todo o quadro técnico da Prefeitura aprovou, acompanhou e não se manifestou, se isentou da discussão, e agora vem com uma solução nova. O que o prefeito quer é participar, até para não ser chamado de omissivo, caso a obra do BRT não vá para a frente como aconteceu com o VLT", defendeu.

Vanderlúcio também defendeu a reali-

zação de um plebiscito. O prefeito Emanuel Pinheiro esteve em Brasília nesta quinta-feira (11) em reunião com o senador Jayme Campos (DEM) para a defesa do plebiscito.

Jayme disse que conversará com o prefeito de Várzea Grande, Kallil Barakat (MDB), e ver qual a decisão e escolha dele para tomar as próximas medidas.

POLÊMICA

Escolas particulares sim, públicas não

Da redação

Gilberto Figueiredo, secretário de Estado de Saúde, disse na última quinta-feira (11) que é contra a volta às aulas de forma presencial na rede pública de educação. No entanto, caso seja para voltar em escolas particulares, ele se diz favorável, alegando que o setor tem condições de observar melhor as medidas de biossegurança.

De acordo com Gilberto, a volta às aulas de forma presencial deve acontecer somente quando todos os professores da rede pública estiverem vacinados.

"Acho temerária a volta das aulas presenciais na rede pública até por força das fragilidades estruturais existentes, e ainda mais sem a vacina para os profissionais da educação. Então, neste momento a decisão da educação a dis-

tância é a mais sensata e torço para ter vacina para todos os profissionais da educação, de forma a garantir o retorno das aulas normalmente", falou.

Atualmente, de acordo com Gilberto, o Estado está com 68% da taxa de ocupação nos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas há já municípios com 100% de ocupação. Ele ressalta que é contra limitar a análise somente a números.

"É ruim a gente ficar olhando esse número enquanto a população se comporta como se não existisse a pandemia, basta ver as pessoas não preocupadas com isso. A minha obrigação é fazer o máximo para dar estrutura hospitalar aos pacientes quando precisarem, mas a situação não é confortável e por isso a população precisa se preservar mais, até que tenha vacina para todos", concluiu.

SERÁ QUE PASSA?

Wilson quer proibir reeleições à Mesa

Da redação

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) revelou na última quarta-feira (10) que irá apresentar um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para proibir de forma definitiva a reeleição do presidente e do primeiro-secretário para o biênio seguinte dentro de uma mesma legislatura.

Wilson se reuniu com alguns deputados em seu gabinete para receber assinaturas, antes do início da sessão ordinária. O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho (DEM), revelou que é favorável à proposta e disse que, inclusive, a ideia teria partido dele.

Botelho disse que não é a favor da perpetuação no poder e entende que o cargo tem que ser passageiro. O presidente ainda deu uma cutucada de forma indireta no ex-deputado José Geraldo Riva, que ficou por muitos anos no comando da Casa de Leis.

"Fui eleito e reeleito sem fazer nenhum tipo de negociação, mas agora quando chegam pessoas aqui que não têm

o mesmo perfil, usam de todas as artimanhas, vendem tudo, fazem tudo, como já vimos no passado aqui, que ficaram 20 anos aqui saindo da primeira-secretaria para a segunda e não ganhavam a eleição, como eu, apenas com compromissos republicanos de dividir cargos e gestão", falou Botelho.

Segundo Botelho, essa manutenção de uma mesma pessoa no poder por muitos anos foi prejudicial à Casa. Ele espera que isso não aconteça mais na Assembleia.

IMBRÓGLIO - A iniciativa de Wilson vem logo após uma série de ações serem apresentadas à Justiça questionando a recondução de Botelho para seu terceiro mandato como presidente da Assembleia. No entanto, nenhuma das investidas judiciais teve sucesso em contestar a posse do democrata.

No dia 9 de fevereiro, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou extinta, sem resolução de mérito, a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questionava a reeleição de Botelho.

ESPERE SUA VEZ

Furar fila pode render multa de 309 mil

Da redação

Além de enfrentar a prisão, quem furar a fila da vacinação em Mato Grosso poderá receber multa de até R\$ 309 mil. É o que prevê um projeto de lei apresentado pelo deputado estadual Dr. Gimenez (PV), com o objetivo de punir pessoas e servidores públicos que não obedecerem ao cronograma de vacinação estabelecido no Plano Nacional de Imunização.

Gimenez quer a penalização para o agente público responsável pela aplicação da vacina, bem como seus superiores hierárquicos, caso comprovada a ordem ou consentimento. A pessoa imunizada fora da hora

ou seu representante legal também poderão ser multados.

"Já temos mais de 5 mil óbitos em Mato Grosso desde o início da pandemia, por isso é importante que possamos conscientizar a população sobre a importância da vacinação. Por outro lado, é nosso dever coibir, rechaçar e punir o "fura-fila" que coloca em risco milhares de pessoas quando altera ou inverte a ordem de vacinação", detalhou.

O projeto de lei prevê multa de até R\$ 153,8 mil para o agente público responsável por aplicar a vacina de forma irregular. Já a pessoa imunizada - ou seu representante legal - pode receber multa de até R\$ 309,3 mil. Se

o imunizado for agente público, o valor da multa será o dobro do previsto.

O dinheiro arrecadado com as multas deverá ser destinado ao Fundo Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso, para que seja utilizado no combate e prevenção à covid-19. Caso seja aprovada, a lei será regulamentada de acordo com o art. 38-A da Constituição do Estado de Mato Grosso.

FISCALIZAÇÃO - Após o surgimento de denúncias de 'fura-filas', o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), determinou uma apuração rígida e maior controle por parte da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O Tribunal de Contas do Estado (TCE) também está

fiscalizando as denúncias e pediu que todos os 141 municípios encaminhem listas com a relação de todos os vacinados.

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público informou que recebeu 1.065 denúncias sobre casos de fura-fila na vacinação contra covid-19 em todo o país. Após receber as denúncias, as reclamações são encaminhadas para uma unidade do Ministério Público, para que as providências legais sejam tomadas.

O cidadão que quiser denunciar casos de fura-fila pode entrar em contato com a Ouvidoria Nacional do Ministério Público por meio do WhatsApp (61 3366-9229).

PREPARE O BOLSO

Enquanto a Aneel mantém silêncio sobre o reajuste deste ano, estudo paralelo aponta para uma alta significativa puxada pela inflação

Conta de luz deve subir até 21%

Gilberto Leite



Da redação

A conta da energia elétrica deve ficar até 21,2% mais cara entre nos estados do Centro-Oeste. A projeção faz parte de um estudo feito pela TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, divulgado nesta semana. O estado de Mato Grosso é um dos que pode ter um aumento acima da média nacional. Atualmente, o estado ocupa o 11º lugar no ranking de tarifa residencial convencional (sem tributos e encargos), de um total de 53 concessionárias do país.

Conforme o estudo, o reajuste tarifário de 21,2% previsto para o Centro-Oeste brasileiro é o maior do país, que em média deverá ser de 14,5%. A projeção foi calculada por meio do Serviço para Estimativa de Tarifas de Energia (Sete), que considera dados de todas as 53 distribuidoras do país, além de sete permissionárias.

O principal vilão do aumento das tarifas é o serviço de distribuição de energia. Estima-se incremento de 15,5%,

sendo 4,5 pontos percentuais da alta média.

“Esse aumento do custo do serviço de distribuição é fortemente pressionado pelo IGP-M, que ficou em 23,14% no ano passado. Nesse sentido, vale observar que uma parte das distribuidoras têm suas receitas reajustadas pelo IGP-M e a outra parte pelo IPCA (que fechou o ano em 4,52%)”, alerta a empresa autora do estudo.

Em Mato Grosso, os reajustes tarifários ocorrem sempre no dia 8 de abril de cada ano. A tarifa de energia elétrica é composta por custos da distribuição e transmissão, geração de energia, além de encargos e impostos.

Excepcionalmente no ano passado, a pandemia fez com que o aumento fosse adiado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o dia 1º de julho. O incremento aplicado na tarifa em 2020 foi de 2,47%.

Apesar de os cálculos preverem a correção da inflação, a concessionária responsável pelo serviço em Mato Grosso, Energisa, aponta que os reajustes da tarifa têm se mantido abaixo dos índices que medem a inflação.

“Nos processos de Reajustes Tarifários Anuais, a Aneel promove um reajuste na tarifa vigente a fim de corrigir seu valor pelo índice de inflação acumulado no último ano. Além disso, nesse processo a Aneel



O reajuste tarifário de 21,2% previsto para o Centro Oeste brasileiro é o maior do país

aplica um fator de ajuste que visa compartilhar com seus consumidores o ganho de eficiência obtido pela empresa e, com isso, diminuir o impacto do índice de reajuste anual”, explica a concessionária.

Atualmente, a parte dos custos que cabem à distribuidora de energia representa 25,67% da composição da tarifa. “É por meio dessa parcela que a Energisa Mato Grosso distribui energia a todos os clientes, paga funcionários, fornecedores e prestadores de serviço, mantém e amplia a rede e os sistemas elétricos, além de investir na modernização e melhoria crescente da qualidade dos serviços prestados”, afirma a concessionária.

CONTA-COVID TAMBÉM VAI PESAR

Os dados da pesquisa também apontam um segundo fator que deve pesar no aumento da energia: o custo com a compra de energia, que aumentou 9,5% em relação a 2020.

“Esse aumento se deve ao fato de que a maior parte dos custos financeiros que as empresas teriam repassado às tarifas em 2020, em decorrência da sobrecontratação de energia e da queda do mercado, ter sido coberta pelo empréstimo associado à Conta-Covid e o seu pagamento, em

cinco parcelas, ter início em 2021”, justificam os autores da pesquisa.

A linha de crédito conta-covid foi criada para que as distribuidoras de energia tivessem acesso a recursos financeiros necessários para compensar as perdas de receita na pandemia e honrassem seus contratos.

O volume total financeiro dos empréstimos alcançou o valor de R\$ 14,8 bilhões. Das 53 concessionárias de distribuição existentes no país, a Energisa Mato Grosso e outras 49 formalizaram o pedido de empréstimo.

O último componente que deve interferir na alta da tarifa é o aumento no custo do serviço de transmissão. “Isso porque as empresas que passam por evento tarifário no primeiro semestre de 2021 devem ter reconhecido nas tarifas o aumento aprovado pela Aneel em julho de 2020, que elevou a receita de transmissão para o segmento de consumo em mais que 44,5%, tendo passado de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 15,0 bilhões”, diz o estudo.

TRADIÇÃO

Sem carnaval, município terá grande prejuízo no comércio

Da redação

A prefeita Francieli Magalhães (PTB), de Santo Antônio de Leverger (27 km de Cuiabá), avalia que o cancelamento do carnaval no município irá trazer um grande prejuízo ao comércio, mas que é necessário devido ao aumento de casos de covid-19 em todo o estado.

O município tem grande parte da economia sustentada pelo turismo, mas não irá realizar o tradicional carnaval que atrai centenas de pessoas para a cidade nos cinco dias de festas.

“Por outro lado, a prefeitura vai ter eco-

nomia, e com esse dinheiro em caixa nós vamos investir na saúde, na educação e dar qualidade de vida. Sabemos que o carnaval é tradição, mas neste momento não tem como colocar a vida das pessoas em risco”, detalhou a gestora.

Para evitar possíveis festas clandestinas durante o carnaval, Magalhães detalhou que o município está em parceria com a Polícia Militar para fiscalizar clubes privados e no entorno da praia, que está fechada.

Franciele também citou que assumiu a prefeitura em déficit e que está quitando as dívidas

para poder receber os investimentos do programa Mais MT realizado pelo Estado de Mato Grosso.

A prefeita revelou que a folha de pagamento dos servidores referente a dezembro ficou atrasada e que todo o dinheiro que entra em caixa está sendo utilizado para este fim, além da quitação de débito com fornecedores.

A gestora pretende quitar todos os débitos e tirar Santo Antônio de Leverger da inadimplência nos próximos seis meses. Francieli participou do encontro do Consórcio Vale do Rio Cuiabá, realizado na última segunda-feira (8).

RENDA SOLIDÁRIA

Oito capitais concederam auxílio a trabalhadores

Da redação

Cuiabá foi uma das oito capitais brasileiras reconhecida pela criação de auxílio emergencial durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A marca foi divulgada pelo portal de notícias nacional G1, após levantamento realizado por meio de pesquisa técnica.

“Receber essa notícia me dá muito orgulho. É mais um sinal que cumprimos com o dever de estar do lado da população que mais precisa. Temos a enorme satisfação de ver o trabalho da nossa gestão sendo destacado como referência em um ano tão atípico,

marcado pelo sofrimento e pela capacidade de superação”, comenta o prefeito Emanuel Pinheiro.

O programa emergencial e temporário, denominado “Renda Solidária Cuiabá”, foi criado com o objetivo de oferecer ajuda financeira às pessoas diretamente impactadas pelas dificuldades importadas pela pandemia.

Conforme o prefeito, idealizador da proposta, foram beneficiados todos os profissionais autônomos devidamente cadastrados pela Prefeitura de Cuiabá, com mais de 18 anos e residentes há pelo menos três anos na capital.

O Renda Solidária totalizou 1.256 trabalhadores contemplados com o recebimento de três parcelas de R\$ 500. O auxílio foi pago para as categorias dos feirantes, ambulantes, transporte escolar, carroceiros e catadores de recicláveis.

O investimento foi feito por meio de remanejamento de recursos oriundos da suspensão das verbas indenizatórias do prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, além de valores transferidos dos serviços administrativos da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e também de encargos de tarifas bancárias.

CAMPANHA

Fevereiro Laranja destaca a doação de medula óssea

Da redação

Em alusão ao combate às leucemias e à importância de doadores voluntários de medula óssea, a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES) promove neste mês a conscientização sobre o “Fevereiro Laranja”.

Em Mato Grosso, 66.671 pessoas são voluntárias à doação. O serviço no Estado é realizado pelo MT Hemo-

centro, entidade gerida pela SES. Conforme a diretora do Banco de Sangue Público, Gian Carla Zanella, existem no Estado 850 pacientes aguardando um doador compatível.

“Todos os anos realizamos a campanha para atrair novos doadores, pois, quanto maior o número de pessoas cadastradas, maior a probabilidade de compatibilidade e de vidas serem salvas”, salienta Zanella.

Gian explica que para ser um doador não é necessário fazer agendamento, como ocorre na doação tradicional de sangue, e essa estratégia tem sido utilizada para evitar aglomerações. Para se cadastrar no Redome, basta ir no Hemocentro, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h30.

Gian Carla lembra que em razão do início da pandemia pelo novo coronavírus, houve re-

dução significativa no número de doadores de sangue e candidatos ao cadastro de medula óssea, por isso, as campanhas estão limitadas à sede do MT-Hemocentro, para garantir a segurança de todos.

A MEDULA ÓSSEA - A medula óssea é um tecido líquido gelatinoso, conhecido popularmente como “tutano”, produzido no osso da bacia e responsável por fabricar todos os componen-

tes do sangue. As doenças da medula óssea que podem ser curadas por meio de transplante, por exemplo, são: leucemias, aplasia de medula, linfomas, mieloma múltiplo, hemoglobinopatias, entre outras. Durante o transplante, a medula óssea doente é substituída por outra com células normais para reconstituir uma nova medula saudável.

COMO SE CADASTRAR - Em Mato Gros-

so, o MT-Hemocentro é o único banco de sangue cadastrado junto ao Redome, situado na Rua 13 de Junho, nº 1055, no bairro Centro Sul, em Cuiabá.

O doador deve apresentar documento oficial com foto, estar saudável e ter entre 18 e 55 anos de idade para realizar o cadastro. Em caso de dúvidas, entre em contato com a equipe do Redome (65) 3623-0044 (ramal 222).

SEU DINHEIRO

Brasileiros aprendem a poupar mais durante a pandemia e aumenta a procura por investimentos que vão além da caderneta de poupança

Crise inspira educação financeira

Gilberto Leite



recorde de 2013, quando a aplicação financeira captou R\$ 71,05 bilhões.

A busca pela educação financeira não terminou em 2020. Em janeiro deste ano, os investimentos em renda fixa também chamaram a atenção dos economistas, com uma captação líquida de R\$ 29,2 bilhões, sendo R\$ 21,7 bilhões a mais que dezembro de 2020. Confirme a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o resultado alcançado foi o maior da indústria no período.

Para Thais Sampaio, economista especialista em investimentos, a crise da covid-19 abriu o olho da população para a importância da educação financeira.

“Podemos dizer que foi dado o pontapé inicial para uma educação financeira no país, o que deveria ser uma disciplina básica nas escolas. Crianças e adolescentes precisam saber administrar seu próprio dinheiro, para quando receberem o primeiro salário [no futuro] não fiquem sem

saber o que fazer com ele. Nesta pandemia, aos poucos as pessoas estão aprendendo, porque ou aprende ou aprende e para ter esse controle financeiro tem que estudar, senão não vai para frente”, observa Thais.

Ainda conforme a economista, caso esse interesse financeiro permaneça a longo prazo, população e instituições financeiras podem se beneficiar com a redução da inadimplência no país, fator que pesa na concessão de crédito pelos bancos. “Se continuarmos nesse ritmo de aprendizado, podemos reduzir a inadimplência no país”, destaca.

Porém, para este ano, a inadimplência deve voltar a crescer, “pois os créditos adquiridos e dívidas renegociadas em 2020 vencem agora, mas a maioria [dos credores] não conseguiu se reestruturar para pagar. Além disso, por mais que se fale em retorno, o auxílio emergencial acabou. Esses são fatores que devem aumentar a inadimplência nos bancos”, alerta Thais.



A especialista em investimentos, Thais Sampaio, acredita que a população abriu o olho para a importância da educação financeira

Da redação

Cada centavo recebido pelo trabalhador brasileiro passou a ter um peso maior em seu orçamento no período de pandemia. Economizar virou regra para sobreviver à crise da covid-19. Só que, apesar das dificuldades, o brasileiro tem dado sinais positivos para a reeducação financeira da população.

Nesta semana, o Banco Central (BC) revelou que os depósitos em cadernetas de poupança em 2020 superaram em R\$ 166,31 bilhões o volume de retiradas, um recorde histórico da série iniciada em 1995. Com esse resultado, a captação líquida – diferença entre depósitos e retiradas – superou o

BIOCOMBUSTÍVEL

BNDES cria financiamentos para combustíveis verdes

Assessoria de imprensa

Incentivar e apoiar boas práticas ambientais. Com esse objetivo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou o Programa BNDES de Incentivo à Redução de Emissões de CO2 no Setor de Combustíveis (BNDES - RenovaBio). A ação permite a concessão de empréstimos a empresas produtoras de biocombustíveis para estimulá-las a melhorar a eficiência energético-ambiental.

As empresas que alcançarem as metas de redução de emissão de CO2 estipuladas pelo programa terão redução na taxa de juros ao longo do pagamento dos empréstimos.

O chefe do Departamento do Complexo Agroalimentar e de Biocombustíveis BNDES, Mauro Mattoso, destacou as metas do programa. “Seu objetivo é conceder empréstimo aos produtores de bio-

combustível para que eles melhorem a sua eficiência energético-ambiental na produção de biocombustível, ou seja, fazer um biocombustível ainda mais verde.”

Mattoso explicou que o programa foi criado para ser complementar à Política do RenovaBio, do Ministério de Minas e Energia, pois, para participar da iniciativa, a empresa deve estar cadastrada nessa política.

“Os biocombustíveis têm ajudado o Brasil a caminhar para atingir as metas de redução de gases de efeito estufa. Isso vai gerar grandes oportunidades para o Brasil”, afirmou o presidente do Conselho de Administração da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (APROBIO), Erasmo Carlos Battistella. “Bom para a economia, bom para o ambiental porque são biocombustíveis, é a energia renovável, e para o social. O melhor programa social

é a geração de empregos. Está tomada de decisão do BNDES foi muito assertiva e em linha do que está acontecendo no mundo.”

RENOVABIO - O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

O Crédito de Descarbonização (CBIO) é uma das ferramentas do RenovaBio emitido por produtores de biocombustíveis voluntariamente certificados. É importante ressaltar que cada CBIO equivale a uma tonelada de emissão de gases do efeito estufa evitada na atmosfera.

Quanto menos emissões de gases do efeito estufa, melhor a qualidade do ar e mais saúde aos brasileiros.

INFLAÇÃO À MESA

Restaurantes amargam a inflação

Da redação

A ‘pechincha’ diária virou rotina na vida de dona Maria Izabel Escouto, proprietária de uma marmitaria na região do bairro Alvorada, em Cuiabá. As quantinhas de dona Izabel são disputadas por quem aprecia comida caseira com preço acessível. Apesar de não ter problemas com a clientela, a situação financeira do estabelecimento está sendo sufocada pela alta acelerada dos alimentos desde o início da pandemia, em março de 2020.

“Estou pensando em desistir do negócio, por não ter capital de giro para me reinventar”, lamenta Maria Izabel.

Diariamente dona Izabel fornece uma média de 100 refeições, tendo duas opções: a pequena, ao custo de R\$ 12, e a grande, de R\$ 14. Para facilitar a vida dos clientes, muitos deles trabalhadores da construção civil, ela trabalha com pagamentos mensais, um método que está inviabilizando os repasses dos aumentos constantes na conta do supermercado.

“Eu preciso costear essas marmitas por mês e não posso aumentar o preço a cada quinze dias. Além disso, temos que avaliar a questão dos salários, já que a maioria dos trabalhadores não

teve aumento”, explica a microempresária.

Para afastar o risco de fechamento, Maria Izabel calcula um aumento mínimo de R\$ 2 em cada prato. O valor fica abaixo do necessário para a recuperação do negócio, mas é o que dá para fazer sem perder os clientes.

“A conta não fecha. Quando faço mercado encontro arroz a 25 reais o pacote (5 kg), o feijão a 7,80 (1 kg) e um litro de óleo de soja a 7 reais. Onde já se viu isso? Com tudo subindo, na verdade, a marmita teria que custar pelo menos 20 reais”, desabafa.

Na tentativa de segurar o preço das refeições, Izabel procura ser criativa nos preparos dos alimentos, diversificando, principalmente, as proteínas. “Se ontem eu fiz frango frito, hoje eu faço filé de frango ou estrogonofe. Tanto o frango como a carne de porco entram no cardápio duas vezes na semana e só um dia tem carne bovina”, explica.

Em Mato Grosso, o preço dos cortes de carne bovina subiu, em média, 22,6% nos últimos doze meses. Os maiores aumentos foram registrados nos cortes mais populares, como coxão duro (38,64%), lagarto (32,59%), acém (31,89%) e patinho (31,38%), de acordo com dados do Instituto Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária (Imea).

‘PRATO FEITO’ - Arroz, feijão, bife, batata frita e tomate. O tradicional prato feito brasileiro ficou insustentável para a população de baixa renda do país. O preço desses produtos acumulou alta de 43,4% em 2020 e não dá sinais de baixa este ano, conforme dados levantados pelo índice Abrasmercados, da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Esse encarecimento é o reflexo da crise causada pela pandemia, que fez com que o custo da alimentação se tornasse o vilão nos orçamentos das famílias mais vulneráveis.

Na hora de fazer as compras nos supermercados, no ano passado, os consumidores aperfeiçoaram-se na pechincha para garantir o equilíbrio entre alimentar-se bem e manter o orçamento saudável. De acordo com o índice da Abrasmercados, o preço do arroz foi o que mais disparou nos mercados, acumulando alta de 83,7% em 2020.

A batata não ficou muito atrás, com 71,5% de alta. O feijão e o tomate registraram aumentos parecidos, 35,4% e 33,1%, respectivamente. Com relação às carnes, os cortes da carne bovina tiveram valorização média de 28,2% para os dianteiros e 12% para os traseiros. Já a carne de frango teve incremento de 15,9%.

TROCA DE INVESTIMENTOS

Saques da poupança voltam a crescer em janeiro

Da redação

Em meio à crise da covid-19, os brasileiros conseguiram economizar mais do que outros períodos. Em 2020, o pagamento do auxílio emergencial ajudou a injetar mais recursos nas cadernetas de poupança. No entanto, a movimentação financeira de 2021 começou na contramão do ano passado. De acordo com o Banco Central

(BC), janeiro registrou a maior retirada da série histórica, com R\$ 18,1 bilhões. O valor é R\$ 5,8 bilhões a mais do que no mesmo período do ano passado.

“As retiradas da caderneta de poupança têm reflexos do fim do auxílio emergencial, mas vão além disso. Esse movimento de retirada é normal para o mês de janeiro – pois tem as matrículas escolares, materiais, paga-

mentos de impostos –, mas também houve um aumento nas aplicações em fundos de investimento e títulos públicos”, aponta a economista Thais Sampaio.

A movimentação em outros mercados de investimentos, além da poupança, é um reflexo da pandemia, que impôs uma educação financeira aos brasileiros. E eles perceberam que os investimentos mais conservadores e de renda

fixa estavam mais atrativos que a caderneta de poupança. Um dos motivos é porque eles têm compensado as perdas da inflação.

“A caderneta de poupança é um porto seguro em momentos de crise, mas perdeu rentabilidade com a Selic [taxa básica de juros] a 2% e ficou abaixo da inflação”, recorda.

A rentabilidade da poupança representa 70% da taxa Selic. Sen-

do assim, caso a Selic permaneça a 2% ao ano, nos próximos 11 meses a caderneta renderá apenas 1,4%.

No ano passado, as aplicações nas poupanças renderam 2,11%. No mesmo período, a prévia da inflação oficial, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-15 (INPC-15), chegou a 4,23%.

“Algumas pessoas migraram para outros fundos e títulos públi-

cos de perfil conservador [baixo risco de perda], mas que deu mais rentabilidade. Pois ter um investimento, pelo menos atrelado a inflação, é importante para você manter o seu valor de compra. Já na poupança [70% da Selic], as pessoas não mantêm seu poder de compra. Ou seja, a migração não é só por rentabilidade, mas para, pelo menos, manter o poder”, ressalta Thais.

INFLAÇÃO À MESA

Preço médio da arroba do boi já acumula alta de 63% em doze meses e está perto de atingir R\$ 300 em MT; cortes de segunda encareceram mais

Carne volta a ser 'comida de luxo'

Olívia Carvalho/Gov. Goiás



vereiro do ano passado e deste ano a arroba do boi gordo à vista saltou de R\$ 174,76 para R\$ 284,73. Em outras praças do mercado, como São Paulo, o produto já superou essa marca e é comercializado por até R\$ 310, segundo Fernando Henrique Iglesias, analista da Safras & Mercado.

“A grande problema é que o preço da carne já está muito alto, porém não o suficiente para pagar o atual valor da arroba. A tendência em economia de mercado é a de que as coisas se ajustem. Seria possível a manutenção de atividade com desequilíbrios na estrutura de custos e valores. É uma questão de tempo apenas”, avalia Paulo Bellincanta, diretor do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos de Mato Grosso (Sindifribo-MT).

A valorização da carne bovina afeta principalmente o bolso dos mais pobres, grupo de maior demanda. No varejo de Mato Grosso, o preço dos cortes de carne bovina subiu, em média, 22,6% nos últimos doze meses. As maiores altas foram



Os cortes considerados de segunda foram os que registraram as maiores altas

registradas nos cortes de segunda, como coxão duro (38,64%), lagarto (32,59%), acém (31,89%) e patinho (31,38%).

Em contrapartida, as menores valorizações ocorreram em cortes nobres, como filé mignon (4,21%), contrafilé (12,86%) e picanha (13,22%).

Com a renda cada dia mais comprometida pela inflação dos alimentos, o mercado já observa uma redução no consumo de carne bovina. Para os próximos dias, a expectativa do mercado é que a estagnação no consumo interno barre novas altas na arroba do boi.

“Importante salientar que vamos ter que nos acostumar a valores maiores nas proteínas animais. Cada uma delas com sua história e com fatores diferentes pressionando os preços, mas os custos de alimentação em alta atingem em cheio as três (boi, suíno e aves)”, pontuou Bellincanta.

INDÚSTRIA - A falta de matéria-prima continua prejudicando as escalas de abates nos frigoríficos. A média de abates da última semana ficou em 4,03 dias, bem aquém do resultado visto no mesmo período de 2020, quando as indústrias tinham insumos para 6,85 dias.

Da redação

A falta de animais para o abate segue impulsionando o aumento dos preços no mercado. A arroba do boi gordo à vista já é 63% maior do que há doze meses e está perto de atingir os R\$ 300 em Mato Grosso. O encarecimento vem acelerando. Dessa alta, 7% aconteceu entre janeiro e fevereiro deste ano.

A valorização da proteína também tem refletido nos preços da carne para o consumidor. Os cortes de carne bovina contabilizam uma alta de 22,6%, em média, no varejo. Os maiores aumentos foram registrados nos cortes mais populares, como acém e coxão duro.

No mercado estadual, entre os dias 10 fe-

LEILÃO PRA VOCÊ

Conab lança plataforma de compra, venda e troca

Da redação

O Leilão pra Você é mais uma oportunidade para quem trabalha no campo vender e comprar mercadorias. Lançado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para facilitar compras, vendas e trocas de insumos e serviços agropecuários, a ferramenta é oferecida de forma gratuita para quem utiliza o sistema da Companhia, sejam agentes privados ou públicos.

“A ferramenta é para todo aquele que tem interesse em comercializar por meio de um leilão da Conab, como um produtor rural ou um fornecedor de insumos. Seja ele do tamanho que for, tem acesso a essa nova

ferramenta, a esse novo serviço que a Conab está oferecendo”, explicou o superintendente de Operações Comerciais da Conab, Rogério Gonçalves.

Rogério Gonçalves destacou que a vantagem do novo serviço é que quem está disposto a comercializar por meio do leilão não tem custo algum. “A Conab é remunerada a partir do momento em que o negócio é efetivado e quem está comprando ou vendendo é que vai pagar por esse serviço. A pessoa que está utilizando não tem custo”, reforçou.

PARA PARTICIPAR - O primeiro passo para participar do leilão é enviar os dados à Conab pela internet e dar as características do produto. “A partir daí, a gente co-

meça a elaboração de um edital para gente publicar e começar as tratativas para comercializar o produto”, ressaltou Rogério Gonçalves.

A partir dos dados iniciais, os técnicos da Conab propõem um serviço personalizado para cada operação. Depois que o demandante aprova as diretrizes, o edital é publicado com as regras de participação no leilão a ser ofertado.

O formulário está disponível na página do “Leilão pra Você”, no portal da Conab, e pode ser enviado para o e-mail leilaopravoce@conab.gov.br. O interessado também pode entregar o documento preenchido em uma unidade da Companhia.

(Com Governo Federal)

FISCALIZAÇÃO

ANP verifica mercado de combustíveis nos estados

Assessoria de imprensa

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) promoveu, na última semana, uma operação com o objetivo de fiscalizar o mercado de combustíveis em localidades que são destinos turísticos em quatro estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Foram verificados 47 postos revendedores de combustíveis automotivos e dois de combustíveis de aviação em 12 municípios.

Nos postos de combustíveis de aviação, foram coletadas amostras de gasolina de aviação para análises laboratoriais. Nos demais postos, foram verificados 483 bicos abastecedores e ana-

lisadas em campo 214 amostras.

No total, foram feitas três interdições por bombas abastecendo em quantidade inferior à registrada no visor: uma de etanol hidratado em Paraíso das Águas (MS); uma de gasolina comum em Chapadão do Sul (MS); e uma de gasolina comum em Caldas Novas (GO).

Além disso, foram emitidos 13 autos de infração por motivos diversos, como falta de equipamento para testes de qualidade que podem ser exigidos pelos consumidores; equipamentos em desacordo com as normas; não exibição do preço dos combustíveis em painel de preço na entrada do estabelecimento; não possuir adesivos obrigatórios com infor-

mações aos consumidores; exibir marca comercial estando cadastrado na ANP como bandeira branca; não apresentar Relatório de Análise de Qualidade; termodensímetro (equipamento afiado na bomba de etanol que demonstra a qualidade) com defeito; e não informar à ANP o encerramento das atividades.

Os autos de infração aplicados dão início a processos administrativos, ao longo dos quais os agentes possuem direito, assegurado por lei, ao contraditório e à ampla defesa. Ao término do processo, ficando comprovada a irregularidade, os postos estão sujeitos às sanções previstas em lei, incluindo multas que podem chegar a R\$ 5 milhões.



Robinson Cipriano/ Embrapa

PREVISÃO

Safra de grãos deve bater recorde em 2021, diz IBGE

Vitor Abdala/ABR

O Brasil deve registrar, em 2021, safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas, segundo estimativa de janeiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a previsão, o país deve produzir 262,2 milhões de toneladas, resultado 3,2% superior ao registrado no ano passado.

A previsão de janeiro para este ano é 0,7% superior (ou seja, mais 1,7 milhão de toneladas) à feita pela estimativa de dezembro do ano passado.

Já a área colhida deve ser de 66,8 milhões de

toneladas, ou seja, 2,1% acima da observada no ano passado.

Entre as principais lavouras, a expectativa é de alta nas produções de soja (7,2%), que deve totalizar 130,3 milhões de toneladas; de milho (0,4%), que deve totalizar 103,7 milhões de toneladas; de feijão (4,1%) e de sorgo (0,1%).

Por outro lado, são esperadas quedas na safra de arroz (-0,6%), que deve chegar a 11 milhões de toneladas; na lavoura de algodão herbáceo (16,5%), que deve totalizar 5,9 milhões de toneladas; e na safra de trigo (-6,5%).

OUTROS PRODUTOS - Além dos cereais, leguminosas e oleaginosas, o IBGE também faz estimativas para outros produtos agrícolas importantes do país. Em 2021, são esperadas altas nas safras de laranja (0,8%), que deve somar 15,9 milhões de toneladas; de uva (13,1%), de banana (3,2%) e de tomate (1,2%).

Por outro lado, o ano deve fechar com quedas na produção de cana-de-açúcar (-1,6%), que deve totalizar 667 milhões de toneladas; café (-27,3%), mandioca e batata-inglesa (ambas com recuo de 0,8%).

O Brasil deve registrar, em 2021, safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas